



Jornal da Marcha

Seguiremos lutando para transformar o Brasil

Aumentar o mínimo significa mudar radicalmente a política econômica atual

A crise que vivemos hoje no Brasil não se restringe às denúncias de corrupção no Congresso, envolvendo partidos e governo. Esta corrupção é mais um sintoma de uma sociedade onde tudo está à venda e obriga a todos a estipularem seu preço. Uma sociedade desigual onde o 1% de mais ricos recebe o equivalente ao total dos rendimentos dos 50% mais pobres. Onde 10 milhões de pessoas vivem em moradias precárias e insalubres.

A indignação com estes fatos é uma das bases dos 52 milhões de votos que Lula recebeu para mudar o país. Mas, a despeito de melhorar algumas políticas, duas coisas fundamentais não mudaram: o esquema político da governabilidade baseada em aliados de ocasião mantidos com benefícios e a ilusão do poder que pode

comprar a impunidade, assim como comprar mulheres jovens e bonitas reduzidas a objetos é garantia de sua virilidade.

Também não mudou a política econômica neoliberal. O ministro Palocci afirma que a política não mudou e não mudará porque seus fundamentos são técnicos. Ele tenta nos convencer de que não há alternativa, mas na verdade trata-se de uma opção política em favor do capital. O desemprego permanece alto e os empregos criados se concentram na faixa de até dois salários mínimos.

Ao agir desta maneira o governo e o partido forneceram à direita a possibilidade de irem para o ataque, de se apresentarem como éticos, de afirmarem que não há

alternativa de esquerda que não seja corrompida no exercício do poder, de que não há homem do povo que possa governar o país.

Outra alternativa

Não há saída para esta crise de governo nestes moldes. A única chance do governo é realizar seu programa, efetivar as políticas que alteram a concentração de renda e terra e combatem as desigualdades no nosso país.

Destacamos a promessa de dobrar o valor do salário mínimo em quatro anos, com aumento real de 19% ao ano. Isto significa que, em 1º de maio de 2006, o salário mínimo deve ser de R\$ 566,00. Não há impedimentos técnicos para isto, pode haver é

reação política que o governo pode enfrentar junto com os movimentos sociais e o povo brasileiro.

Para aumentar o salário mínimo o governo tem que mudar sua política econômica atual restrita às metas de inflação e controle da dívida pública.

O governo diz que não pode aumentar o Salário Mínimo porque não tem dinheiro para aposentadorias e pensões. Mas desde 1998 o governo federal arrecada mais do que gasta. Ele separa uma parte do orçamento equivalente a uma porcentagem de toda riqueza produzida no país naquele ano para pagar os juros da dívida pública interna e externa.

continua na página 2

17 de outubro de 2005: 24 horas de solidariedade feminista

No 17 de outubro de 2005 – Dia de Luta contra a Pobreza –, mulheres do mundo inteiro seguirão o ciclo do sol ao redor da terra mobilizadas em 24 horas de solidariedade.

Do meio dia até a uma hora da tarde, mulheres de todos meridianos sairão às ruas para manifestar nosso compromisso com a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade e seus valores de igualdade, liberdade, justiça, paz e solidariedade.

No Japão, as mulheres protestarão em Yohohama, a segunda maior base militar dos Estados Unidos. Em Djiboute, elas cantarão a independência e a liberdade



Colcha Mundial vem sendo construída com retalhos de cada país

das mulheres. Na Bélgica, as mulheres fecharão a região da Bolsa de Valores, em Bruxelas. No México acontecerá ato em Chiapas e,

na capital, balões com os valores da Carta serão soltos. No Brasil teremos manifestações em 14 estados, tendo como tema central a

valorização do salário mínimo.

Neste dia chega em Ouagadougou, Burkina Faso, a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade e a Colcha, que foi sendo costurada com os retalhos que expressam o mundo que querem as mulheres dos 53 países por onde a Carta passou.

Esta jornada se iniciou no dia 8 de março de 2005 com uma manifestação que reuniu 30 mil mulheres em São Paulo. Ela seguiu atravessando fronteiras e mobilizando mulheres que denunciam injustiças, exigem direitos e afirmam que ao mesmo tempo lutam para mudar o mundo e mudar a vida de todas as mulheres.

Combater a pobreza entre as mulheres e distribuir renda

O aumento do salário mínimo pode beneficiar mais de 16 milhões de mulheres

O aumento do Salário Mínimo é uma ferramenta poderosa para aumentar a renda das mulheres, porque elas são a maioria entre as pessoas que ganham esse salário. As mulheres negras são as mais pobres.

O aumento do mínimo beneficiaria imediatamente mais de 16 milhões de mulheres que têm rendimento de até um Salário Mínimo.

Entre essas que ganham até um mínimo, estão cerca de 4 milhões de empregadas domésticas, a maioria negras.

Pelos dados do IBGE para 2003, de cada cem mulheres que têm rendimentos do trabalho, quase 49 estão na faixa de até um mínimo. De cada cem homens que têm rendimentos do trabalho, 32 ganham até um mínimo.

Do total de pessoas que trabalham e recebem, 32 milhões e



Ala da Igualdade no 8 de março: valorização do mínimo na agenda feminista

Joaquim Duarte Neto

800 mil são mulheres e 46 milhões e 390 mil são homens.

Mesmo não sendo maioria no mercado de trabalho, as mulheres serão mais beneficiadas com

o aumento do mínimo, porque o número de mulheres que ganha até um mínimo é maior do que o número de homens que ganha esse salário.

CONTINUAÇÃO MATÉRIA DA CAPA

É o superávit primário medido em porcentagem do PIB (Produto Interno Bruto).

No início foi uma imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI). Agora o acordo com o FMI não foi formalmente refeito, mas suas regras continuam valendo. Este ano o governo tem como meta oficial um superávit de 4,25% do PIB. Mas o resultado esperado é ainda maior, 4,45%. Somente esta diferença (de 0,25%) representa 4 bilhões. O gasto do governo em investimento no primeiro semestre foi de 1 bilhão e 3 milhões, equivalente a quase 5% do que foi orçado.

Em 1997, a dívida pública equivalia a 34% do PIB, em julho de 2005 chegou a 51,2% do PIB. Ou seja, mesmo com todo o pagamento realizado a dívida só aumenta. Aumenta porque o valor devido é

alto, mas também porque o Conselho de Política Monetária (Copom), um órgão do governo, aumentou e mantém alta a taxa de juros (a Taxa Selic) de boa parte desta dívida.

Eles dizem que mantém os juros altos para conter a inflação. Mas a maior parte dos preços que tem aumentado e pressionado a inflação são preços administrados pelo governo: telefone, luz. Isso porque nos contratos de privatização o governo aceitou que as empresas terão lucros garantidos nos primeiros sete anos de operação.

Eles mantêm os juros altos porque isto garante o poder e o lucro certo dos bancos e para conter o crescimento da economia. Se a economia cresce são necessários investimentos, compra de máqui-

nas no exterior, o que afeta a balança de pagamentos e sobram menos dólares para o pagamento da dívida, para remessa de lucros ao exterior. Se a economia cresce, aumenta o consumo do povo e como não há investimentos para aumento da oferta há o risco de inflação, menos produtos para exportar e mais consumo de produtos vindos de fora. Só como um exemplo, comparando o 1º semestre de 2005 com o de 2004, a exportação cresceu 13%, e o consumo das famílias aumentou 2,9%.

Nas contas que eles fazem as pessoas nunca aparecem. Eles manejam meio ou um ponto no PIB ou na taxa de juros e escondem que estes pequenos números representam milhões de pessoas desempregadas, a maioria mulheres, jovens e negras.

Entre em contato conosco



www.marchamundialdasmulheres.org

marchamulheres@sol.org.br

Fone/fax: (11) 3819-3876

Secretaria Executiva da Marcha Mundial das Mulheres

Camtra – Casa da Mulher Trabalhadora
(21) 2544-0808

Centro Feminista 8 de Março Mossoró/RN
(84) 316-1537

Comissão Nacional de Mulheres da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura)
(61) 321-2288

Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT (Central Única dos Trabalhadores)
(11) 3272-9411

Setorial de Mulheres da Central de Movimentos Populares
(11) 5583-8051

Setorial de Mulheres da União Nacional por Moradia Popular
(11) 3825-5725

SOF – Sempre Viva Organização Feminista
(11) 3819-3876

Tiragem:
30 mil exemplares
Outubro de 2005

Jornalista responsável:
Fernanda Estima
MTb nº 25.075

Apoio:
Christian Aid, EED Miseror

Projeto e edição de arte:
Caco Bisol Produção Gráfica
caco@cacobisol.com.br

Impressão:
Fabrator

Marcha Mundial das Mulheres em campanha pela valorização do Salário Mínimo

Aumentar o mínimo prepara a sociedade para viver em um país mais igualitário, diminuindo as diferenças salariais

A campanha da Marcha Mundial das Mulheres tem um objetivo (desdobrado em econômico e social) e expresso em dinheiro.

Queremos que o governo federal tenha uma política de médio prazo de aumento do mínimo. Não queremos que uma definição tão importante seja feita ano a ano, amarrada pelas chamadas restrições orçamentárias e pelas negociações do Congresso.

Para começar, queremos que o governo Lula cumpra sua promessa de dobrar o valor do Salário Mínimo, com aumentos anuais de 19%.

Isto quer dizer que o governo deve recuperar o atraso e aumentar em 1º de maio o salário mínimo para R\$ 566,00.

Por que chegamos neste valor? Veja o exercício dos aumentos anuais que deveriam ter acontecido ano a ano, com reposição integral da inflação mais 19% (veja quadro).

As virtudes políticas do aumento do Salário Mínimo

1. O aumento do Salário Mínimo diminui a exploração das trabalhadoras e trabalhadores, que passam a ficar com mais uma fatia da riqueza que produzem.

2. O aumento do Salário Mínimo faz girar a economia geral do país. Quando as pessoas ganham mais,



Ilustração: Biba Rigó (reprodução capa cartilha)

Valorizar o mínimo atinge as mulheres, pois são a maioria entre os pobres

consomem mais e isso faz girar a economia. Mais gente para comprar significa que o comércio vai precisar de mais produtos de consumo popular e isso vai exigir uma nova direção para a indústria e a produção de alimentos. Em muitos campos da economia, para aumentar a produção de produtos de massa, será preciso criar mais empregos.

3. O aumento do Salário Mínimo tem efeito muito positivo na economia da maioria dos municípios.

Dinheiro a mais no salário significa desenvolvimento dos setores de bens e serviços e isso ajuda principalmente os municípios pequenos e médios. Além disso, o dinheiro de aposentados e pensionistas melhora o comércio e a economia dos pequenos municípios, principalmente os das regiões mais pobres.

4. O aumento do Salário Mínimo protege as pessoas dos efeitos destrutivos da

pobreza e da miséria. O aumento do mínimo é uma maneira rápida e simples de proteger a renda das pessoas discriminadas no mercado de trabalho, sem que seja preciso fazer grandes pesquisas para saber quem são e onde encontrá-las. Esse aumento favorece as pessoas mais pobres entre os pobres: as mulheres negras, as mulheres em geral, os homens negros, pessoas homossexuais e pessoas portadoras de deficiência.

5. O aumento do Salário Mínimo movimenta a economia positivamente, é referência para quem o recebe e tem carteira assinada, para pessoas sem carteira que calculam o preço de seu trabalho pelo mínimo e, para pessoas que recebem múltiplos do mínimo.

6. O aumento do Salário Mínimo prepara a sociedade para viver em um país mais igualitário, porque diminui a diferença entre os salários mais altos e mais baixos. Também vai diminuir a diferença entre a média de salários de homens e mulheres, entre a média de salários de pessoas negras e não-negras, entre a média de salários de mulheres negras e não-negras.

7. O aumento do Salário Mínimo ajuda a reverter a tendência histórica de desvalorização do mínimo e de uma política de baixos salários.

Estudo para aumento do Salário Mínimo			
Data	IVC ⁽¹⁾	Valor em Real	+ 19%
1º/5/2003	19,0104 %	238,02	283,24
1º/5/2004	5,8068 %	299,69	356,63
1º/5/2005	7,1594 %	382,16	454,77
1º/5/2006	4,5% ⁽²⁾	475,24	565,54

1. Índice de Custo de Vida do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos)

2. Previsão

Como é o Brasil que querem as mulheres

No país que queremos, as mulheres têm direito ao pleno emprego e ao crescimento profissional

Queremos um país onde ninguém ganhe menos do que o Salário Mínimo. Um país mais justo, em que sejam diminuídas as diferenças entre os salários. É mais saudável viver e criar as novas gerações em um país em que não exista pobreza nem diferenças como se vê hoje.

Queremos um governo que interfira de maneira responsável na economia, em defesa dos assalariados que recebem menos e que mantenha o firme propósito de construir um país igualitário. Em vez de controlar a inflação pelo arrocho salarial, é preciso garantir a oferta de produtos populares e não deixar a produção de bens e serviços concentrada em poucas empresas.

No país que queremos, as mulheres têm direito ao pleno emprego e ao crescimento profissional. Não estão confinadas no emprego doméstico, nas tarefas repetitivas nas fábricas

FAÇA PARTE DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

1. Discuta com seu grupo este jornal. Se decidirem aderir à Marcha, envie o nome do grupo ou movimento social e de uma mulher como contato, com o endereço completo, para a secretaria executiva.
2. Se você não faz parte de nenhum grupo, pode formar um reunindo suas vizinhas, colegas de escola ou de trabalho. Se isso não for possível, envie seu nome e endereço para receber notícias da Marcha e confira na página na internet se não existe um grupo pelo qual você se interesse.
3. Participe das ações no dia 17 de outubro, organize uma ação no seu local de moradia, estudo ou ajude a construir a ação do seu estado participando das reuniões do comitê estadual da Marcha.



Nas ruas para lutar por um país igualitário

Joaquim Duarte Neto

econômica. Atuamos em aliança com movimentos sociais e participamos de processos como o Fórum Social Mundial, a Campanha contra a Alca e a Coordenação dos Movimentos Sociais.

Ações internacionais

No 8 de março de 2005 iniciou a viagem da Carta das Mulheres para a Humanidade e do primeiro pedaço da Colcha que irá reunindo retalhos que expressam o que as mulheres de vários países querem para o mundo. Esta viagem começou em São Paulo com uma passeata que reuniu 30 mil mulheres de 16 estados brasileiros.

A passeata foi organizada em alas conforme os valores expressos na Carta: solidariedade, justiça, paz, igualdade e liberdade. A ala da igualdade apresentou a campanha de valorização do salário mínimo, a luta pela reforma agrária; a ala da liberdade mostrou a legalização do aborto, o respeito às lésbicas e o fim das imposições sobre o corpo das mulheres. Na ala da justiça foi apresentado o fim das discriminações raciais ou contra as pessoas com deficiência, o direito à moradia e reforma urbana. A ala paz e solidariedade mostrou nosso não à guerra, ao imperialismo, à Alca e por outra integração das Américas.

No dia 12 de março, na fronteira do Brasil com Argentina, ocorreu a primeira passagem da Carta. A entrega da Carta por brasileiras para as argentinas aconteceu na cidade fronteira de Porto Xavier, em atividade que contou com oficinas sobre temas variados, plantação de árvores, ato político e a presença de pelo menos três mil mulheres, a maioria trabalhadoras rurais da região.

nem nos trabalhos precários e mal remunerados.

No país que queremos, cuidar de crianças, doentes e idosos é responsabilidade dividida entre homens, mulheres e serviços públicos. Há garantia de creche e educação em período integral. Há centros e profissionais de apoio a idosos e doentes dependentes de cuidados especiais, lavanderias e restaurantes, onde o poder público se responsabiliza pelo bem-estar das pessoas.

No país que queremos, todas as pessoas têm direito efetivo à Seguridade Social, que junta Saúde Pública, Assistência Social e Previdência (aposentadoria, pensão). A Seguridade Social é garantida por várias fontes de financiamento e não somente pela contribuição de seguradas e segurados.

No país que queremos as mulheres têm autonomia. Seus direitos sexuais e reprodutivos são assegurados, não são vítimas de nenhum tipo de violência nem discriminação, em especial a violência sexual e doméstica e a discriminação por serem lésbicas.

A MARCHA NO BRASIL

A Marcha Mundial das Mulheres teve suas primeiras ações públicas no Brasil no ano 2000. Traduzimos a plataforma de reivindicações internacionais em nossa Carta das Mulheres Brasileiras que exige terra, trabalho, direitos sociais, auto-determinação e soberania.

Desde então realizamos inúmeras atividades de formação, debates, ações públicas em 15 estados brasileiros e ações nacionais. As trabalhadoras rurais organizaram, em 2000 e 2003, no contexto da Marcha Mundial, duas grandes manifestações em Brasília, a Marcha das Margaridas, que reuniram pelo menos 50 mil mulheres.

Atuamos nos temas do movimento feminista e do movimento anti-globalização. Além da campanha pela valorização do salário mínimo, discutimos a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, a legalização do aborto, contra o livre comércio e por mudanças na política